

**Wady Cury**

Diretor geral de Rural e Habitacional do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE

O bom desempenho da agricultura brasileira e a contribuição do setor para o desenvolvimento recente do Brasil não são assuntos novos. E ao longo do segundo semestre de 2017 não deve ser diferente.

Favorecida pelo clima, agricultura tende a ter colheita excepcional este ano. O PIB da agropecuária cresceu 13,4% no primeiro trimestre, a maior alta em mais de 20 anos. E esse bom resultado não deve ficar restrito aos três primeiros meses. A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) estima em 8,5% a alta o PIB do setor em 2017. A consultoria MB Associados calcula um avanço de 8% em 2017.

Essa trajetória de sucesso da agricultura brasileira não se esgota nesses números. Segundo estudo do Ministério da Agricultura, a safra de grãos – soja, milho, trigo, arroz e feijão – deverá chegar a 177,5 milhões em 2019/ 2020. O seguro aparece como um dos mais importantes instrumentos de política agrícola, por garantir proteção ao produtor rural contra as perdas decorrentes de fenômenos climáticos e, consequentemente, contribuir para a estabilidade econômica dos produtores, a alavancagem do crédito pela mitigação do risco, a geração de emprego no campo e a indução do desenvolvimento tecnológico do produtor rural.

Mas, embora importantes contribuições tenham sido dadas pelo Programa de Redução dos Riscos Climáticos do Ministério da Agricultura, por meio do Zoneamento Agrícola – o qual determina as regiões com condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento de diferentes culturas –, e pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), na recomendação de técnicas para o cultivo do milho safrinha, o acompanhamento sistemático das lavouras seguradas, a fim de verificar danos e quantificar perdas decorrentes de fenômenos meteorológicos, doenças e pragas, ainda é difícil.

A agricultura é sujeita a intempéries climáticas – secas, chuvas torrenciais e geadas fora de hora

são capazes de arruinar plantações, afetando diretamente a produção de alimentos. Atenuar as mudanças climáticas – e, ao mesmo tempo adaptar-se a elas – exige um grande esforço global, que tem início com a informação.

O Brasil ainda carece de um sistema de dados que permita a sistematização das metodologias aplicadas ao monitoramento da produção. Por todas essas razões, o custo administrativo do setor de seguros rural é alto, girando em torno de 25% do total arrecadado.

Atualmente, um técnico se desloca para o campo somente quando há a comunicação de um efetivo sinistro ou quando há a notificação de algum evento. O uso de tecnologia para gestão de risco e atendimento mais tempestivo aos clientes se torna cada vez mais preponderante para suportar o crescimento do programa de seguro rural no Brasil.

Recentemente, a indústria de seguros introduziu o uso de sistemas de monitoramento remoto com o objetivo de capturar imagens e transformá-las em mapas 2D e em modelos 3D, usados para documentar o estado inicial da propriedade, infraestruturas ou ativos agrícolas para avaliar e quantificar danos. O georreferenciamento aprimora o funcionamento do setor, ao permitir o acompanhamento efetivo de todo o plantio brasileiro, em que a simples alteração de cor foliar pode representar algum risco.

Por meio do monitoramento via satélite, é possível analisar de forma mais específica cada região brasileira e, quando necessário, o técnico pode averiguar a ocorrência, significando redução dos custos. Ainda que a interpretação das imagens não elimine a necessidade da realização de inspeção in loco, as imagens de satélites de sensoriamento remoto otimizam o trabalho das vistorias, à medida que permitem a identificação de áreas prioritárias a serem visitadas para o reconhecimento das causas reais e possíveis prejuízos.

No Brasil, ainda são poucos os projetos que utilizam imagens de satélites de observação da superfície terrestre aliadas a técnicas de geoprocessamento. Pela enorme responsabilidade no programa de seguro agrícola no país, e por ser líder de mercado e segurar uma extensa área de terra com culturas plantadas nas safras de verão e inverno – são mais de 60 mil apólices de seguros agrícolas distribuídas em propriedades em diversas regiões do país –, o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE aderiu, em 2015, ao sensoriamento remoto para acompanhamento e imagens a distância. O drone (sigla em inglês para veículos aéreos não tripulados) é uma das tecnologias que estão sendo testadas em situações específicas, quando seu uso faz sentido, a exemplo de avaliações de áreas grandes de floresta e cana-de-açúcar.

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) criou, recentemente, regras para as operações civis de aeronaves não tripuladas. De forma geral, só podem ser operados em áreas com no mínimo 30 metros horizontais de distância das pessoas não envolvidas com a operação e respeitar regras do Departamento de Controle de Espaço Aéreo (DECEA) e da Agencia Nacional de Telecomunicação (ANATEL). Já existem diversos cursos para pessoas e profissionais que operam aeronaves não tripuladas.

Acredita-se que o uso das imagens coletadas por ocasião dos laudos e vistorias facilitará a identificação de áreas cujos danos tenham sido causados por eventos que não são passíveis de cobertura pelo seguro agrícola, o que, possivelmente, implicará a redução de gastos com indenizações indevidas.

Mais do que útil à perícia de campo para avaliação de perdas agrícolas e para o cálculo da indenização a partir da localização e obtenção da área comprometida, o sensoriamento remoto também se mostrara como uma ferramenta muito precisa para aferição do valor da área segurada, informada na proposta de seguro, indispensáveis para o desenvolvimento de uma segurança agrícola apoiada em mecanismos objetivos de avaliação de riscos.

Por essas razões, defendo que o aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e gestão do seguro rural são fundamentais para que ocorra a massificação do produto, condição necessária para uma maior estabilidade da operação do seguro e do próprio agronegócio, segmento cada vez mais importante para a economia brasileira e mundial.

Fonte: [Revista Opinião.Seg nº 14](#) - Julho de 2017.